



A TEOLOGIA FEMINISTA DESCONSTRUINDO AS DESIGUALDADES DE GÊNERO AINDA PRESENTES

Luciana Steffen*

RESUMO:

Os Estudos Feministas e os de Gênero, bem como a Teologia Feminista, já são áreas consolidadas atualmente, buscando questionar e discutir comportamentos, estereótipos e preconceitos atribuídos aos gêneros, a fim de alcançar uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Porém, a desigualdade de gênero ainda é muito presente na teoria, na pesquisa e na prática teológica e das demais áreas, sendo necessária a introdução e reflexão desse assunto entre os/as jovens na sociedade. Este artigo visa investigar como a Teologia Feminista pode contribuir para desfazer as desigualdades de gênero presentes atualmente, através de uma revisão bibliográfica. As desigualdades de gênero estão muito presentes na religião, na mídia e na linguagem cotidiana, e a Teologia Feminista apresenta fundamentos sólidos para desmanchar essas desigualdades, através de um olhar crítico. É preciso inserir a discussão de gênero em todas as áreas do conhecimento, modificando a mídia, as políticas públicas, a educação e a sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Desigualdade. Teologia Feminista.

INTRODUÇÃO

Os Estudos Feministas e de Gênero, bem como a Teologia Feminista, são áreas consolidadas atualmente, buscando questionar e discutir comportamentos, estereótipos e preconceitos atribuídos aos gêneros. Porém, desigualdades de gênero ainda são visíveis nos mais diversos âmbitos da sociedade.

Esse artigo visa investigar como a Teologia Feminista pode contribuir para desconstruir as desigualdades de gênero presentes atualmente, através de uma revisão bibliográfica. Serão apresentadas algumas diferenças entre os gêneros que perpetuam desigualdades e opressões em relação aos gêneros na atualidade. Após, será realizada uma breve revisão sobre como a Teologia Feminista pode auxiliar a desconstruir essas desigualdades.

* Luciana Steffen, Bacharel em Musicoterapia, Mestranda em Teologia pela Faculdades EST, Bolsista da CAPES. E-mail: Lucianast@gmail.com.

DESIGUALDADES DE GÊNERO

O termo *gênero* surgiu a partir do entendimento das diferenças entre homens e mulheres não pela sua estrutura biológica (sexo), mas pela influência da cultura,¹ sendo “a construção cultural do que se constituem os papéis, as funções e os valores considerados inerentes a cada sexo em determinada sociedade”.² Gênero passa a ser compreendido como um efeito da linguagem, produzido e gerado a partir de discursos historicamente influenciados por relações de poder.³

As relações de gênero acabam por produzir uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. Isto confirma que as relações de gênero são relações de poder que se constroem constantemente ao longo da história e no dia-a-dia entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens.⁴

Assim, as diferenças sexuais são utilizadas de forma arbitrária e estereotipada, justificando o poder masculino sobre o feminino, diminuindo as oportunidades para as mulheres, o que não passa de discriminações, muitas vezes invisíveis,⁵ assim como para os homens. Os homens são ensinados a serem dominadores, enquanto as mulheres, submissas, e ambos são vigiados e controlados para que permaneçam nesses papéis,⁶ não tendo liberdade de escolha, a não ser agir de acordo com as expectativas culturais para o seu sexo.

As relações de poder são praticadas nos papéis sociais, políticos, religiosos, no âmbito público e privado pelas mulheres e pelos homens,⁷ sendo visíveis nas mais diversas áreas, como na ética, na linguagem, na mídia, na religião cristã, nos relacionamentos em geral, entre outros.

A ética projetou e projeta sobre a realidade da mulher construções morais errôneas que manipulam a condição feminina de acordo com interesses próprios dos

¹ STOLLER, Robert. *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Feminity*. London: Karnac Books, 1984.

² DEIFELT, Wanda. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (Org). *Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER/Paulinas/Loyola, 2003. p. 172.

³ NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, v. 38, n. 3, p. 216-223, 2007. p. 217.

⁴ MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. *A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2003. p. 20.

⁵ MACÊDO, 2003, p. 20.

⁶ FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 127-152, 2005. p. 139.

⁷ GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 105; 111.

homens, ao invés de revelar sua autenticidade,⁸ já que foi criada por eles, em um contexto de uma cultura patriarcal e sexista, numa sociedade de mulheres submissas.⁹ Outra forma de manipulação ética na compreensão das mulheres é a leitura dos dados reais da biologia feminina de forma preconceituosa, tratando-as como passivas, exaltadoras da virgindade, e tendo a maternidade como fundamental e transcendente, entre outros.¹⁰ A psicologia e as religiões também legitimam esses *ethos* das mulheres.¹¹

No Brasil, somente em 1988, a Constituição excluiu a ideia de chefe de família,¹² subjugando as mulheres. No Código Civil,¹³ essa ideia perdurou até 2002, estando por lei, sempre a vontade do homem privilegiada, as mulheres inclusive perdiam seu sobrenome, como se perdessem sua identidade e passassem a pertencer não mais aos pais, mas ao marido.¹⁴ Atualmente essa troca de sobrenome tem diminuído, mas para muitas pessoas ainda é a única admitida e a noção do homem como chefe de família ainda é frequente em todo o Brasil, o que gera desigualdades para ambos os gêneros, as mulheres que precisam ser submissas, e os homens, que precisam carregar uma família sozinhos.

A própria origem etimológica da palavra família (*famulus*) vem da Roma Antiga, significando “escravo doméstico”. Refere-se ao conjunto de escravos ou criados de uma mesma pessoa, o chefe, quem detinha o poder sob os outros.¹⁵ Assim, foram estipulados diversos papéis vistos como obrigações das mulheres e dos homens, legitimados pela história e pela lei, cabendo às mulheres os cuidados da casa, dos filhos/as e do marido, entre outras funções, enquanto o domínio dos

⁸ VIDAL, Marciano. *Feminismo e ética: como "feminizar" a moral*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 27.

⁹ VIDAL, 2005, p. 45.

¹⁰ VIDAL, 2005, p. 31-35.

¹¹ VIDAL, 2005, p. 36.

¹² VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. Exploração na mídia das imagens da mulher, do homem, das crianças e dos adolescentes. In: GOLDMAN, Clara; FERREIRA, Marcos; MORETZSOHN, Ricardo; GOLLMAN, Roseli. (Org.). *Contribuições da Psicologia para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação*. 1ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 114-115.

¹³ BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 14 maio 2013.

¹⁴ SILVA, Maritza M. Mulher, identidade fragmentada. In: ROMEIRO, E. (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995, p. 112.

¹⁵ CAYRES, Elizabeth C.D. Família Brasileira no contexto histórico e Cultural. In: *Conselho municipal de direitos da criança e do adolescente*; Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente. Formação continuada. Conselheiros de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Conselheiros Tutelares. Instituições Conveniadas. Rio de Janeiro. Disponível em <http://cmdcamacae.rj.gov.br/download/capacitacao_conselheiro/familia_brasileira_no_contexto_historico_e_cultural.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

homens é reservado à economia, à política ou ao cenário público.¹⁶ É função das mulheres cuidarem dos maridos,¹⁷ cuidando da sua alimentação, vestimenta, saúde, bem-estar, entre outros. Algumas mulheres e homens ainda acham que é obrigação das mulheres assumirem todas essas funções sozinhas.

O papel de nutrir a família ainda é responsabilidade das mulheres em todas as sociedades,¹⁸ excluindo os homens do cuidado com os filhos, que têm poucos direitos e enfrentam dificuldades em relação à licença paternidade e guarda dos filhos.¹⁹ Os pais têm dificuldades em participar da criação dos filhos quando a guarda está com a mãe, e mesmo quando inconformados, essa situação é vista por advogados, familiares e amigos como natural.²⁰ Dados do IBGE de 2011 mostram que em 87% dos casos de separações a mãe fica como responsável pela guarda dos filhos.²¹

Outro tema pouco discutido e ainda frequentemente relacionado e justificado pelos papéis de gênero vistos acima é a violência de gênero. Mesmo com algumas (ainda insuficientes) mudanças políticas e nos papéis de gênero, as estatísticas ainda mostram grandes índices de violência contra as mulheres²² e entre as principais causas apontadas estão o machismo e alcoolismo.²³

Segundo as estatísticas é mais seguro as mulheres andarem na rua do que

¹⁶ ANGLERAUD, Bernadette. Cultura feminina, cultura masculina. In: LACROIX, Xavier. *Homem e mulher – a inapreensível diferença*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 42.

¹⁷ NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 49-55, 2006. p. 52.

¹⁸ GEBARA, 2001, p. 49.

¹⁹ A ONG *Instituto PAPAI* atua com base em princípios feministas, buscando direitos iguais entre homens e mulheres com políticas públicas. Uma das campanhas é pelo aumento da licença paternidade, desde 1997. Acesse o site: <<http://www.papai.org.br/>>.

²⁰ CARVALHO, Maria Luiza Mello de. *Cuidado, sociedade e Gênero: um estudo com pais cuidadores*. Rio de Janeiro, 2007. 378 p. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa EICOS, Rio de Janeiro, 2007. p. 91-93.

²¹ IBGE. Estatísticas do Registro Civil, v. 38, 2011. Tabela 5.8. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2011/pdf/tab_5_8.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.

²² Veja as estatísticas em: WAISELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf/2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.

²³ INSTITUTO AVON. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil – 2º Estudo. São Paulo: Instituto Avon/IPSOS, 2011. Disponível em: http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf. Acesso em: 15 abr. 2013.

dentro de casa, sendo que a cada 24 segundos uma mulher é violentada no país.²⁴ As conclusões do Mapa da Violência 2012²⁵ apontam que os feminicídios geralmente ocorrem na esfera doméstica, sendo que 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência tiveram a agressão na sua residência. Na faixa dos 20 aos 49 anos, acima de 65% das agressões tiveram autoria do parceiro ou do ex. Como causa, o Mapa indica elevados níveis de tolerância da violência contra as mulheres (justificados pela cultura machista), sendo um dos mecanismos a culpabilização da vítima como justificativa dessa forma de violência, que atribui à vítima a culpa pela agressão. Comentários em relação ao que a mulher deve ter feito para deixar o parceiro tão bravo, ou o que provocou o estupro foi a roupa que a mulheres estava usando, ainda são comuns, como se justificassem a violência.

De acordo com Maritza Silva, “o corpo feminino, vilipendiado, estigmatizado, espancado, ignorado, é o casual transmissor-reforçador do machismo”.²⁶ Esse é o corpo das mulheres, diferente do corpo dos homens, divididos pelo patriarcado.²⁷

O corpo masculino é mais valioso, o feminino é menos. O corpo do homem tem mais liberdade, o da mulher é mais vigiado. O corpo feminino tem gradações de valor, conforme tenha ou não lacre, seja de primeira mão ou de segunda, tenha vida “fácil” ou mantenha a castidade. À medida que aceitamos esse estereótipo tornamo-nos cúmplices do instituído.²⁸

Quanto à sexualidade, tanto as religiões predominantes quanto o Estado fortalecem a submissão feminina e impõe dois modelos às mulheres: o de santas, como Virgem Maria, ou o de putas, como Eva,²⁹ não sendo possível a liberdade das mulheres. Ou uma mulher é santa, ou puta. Marcela Lagarde, antropóloga e etnóloga, atribui no seu livro *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*,³⁰ cinco cativerios aos quais as mulheres são frequentemente enquadradas: mães-esposas, monjas, putas, presas ou loucas.

Os corpos das mulheres sempre foram controlados, numa teologia dualista de bem ou mal, como pecado e salvação, e os corpos femininos sempre

²⁴ MORIÈRE, Laisy. *Políticas públicas e combate à violência contra a mulher*. In Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/politicas-publicas-e-combate-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 20 maio 2013.

²⁵ WAISELFISZ, 2006, p. 26.

²⁶ SILVA, 1995, p. 112.

²⁷ SILVA, 1995, p. 114.

²⁸ SILVA, 1995, p. p 116.

²⁹ VIANNA, 2009, p. 115.

³⁰ LAGARDE, Marcela; RÍOS, de los. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

relacionados com o mal.³¹ Na renascença surge a ideia do belo sexo, desconstruindo a visão pecaminosa e de segunda categoria em torno das mulheres.³² “Aos homens a força e a razão, e às mulheres, a fraqueza do espírito e das idéias e a beleza do corpo”.³³

No século XXI, não tão diferente, surge a ditadura da “belezura estabelecida no corpo magro, sarado e saudável,”³⁴ com o auxílio da mídia na construção desse processo.³⁵

A tradição teológica que herdamos trouxe pouca contribuição para a independência e a liberdade das mulheres e contribuiu para a distância e os conflitos entre os gêneros. Isso se manifestou particularmente no controle dos corpos, como afirma Marga Ströher ao dizer: “nossos corpos não são nossos, são de Deus, de Jesus, ou da nação, ou do Estado, ou do amante, ou do esposo, ou dos filhos, ou da moda, ou da medicina, ou da igreja.”³⁶

As religiões justificam o modo de ser errôneo e preconceituoso em torno das mulheres,³⁷ através de uma interpretação unilateral e androcêntrica da Bíblia.³⁸ Os textos bíblicos são patriarcais.³⁹ A Bíblia é utilizada para justificar a submissão das mulheres, os símbolos do cristianismo são patriarcais, criando uma cultura de obediência cega à figura masculina, as ideias de submissão, exclusividade do marido ou pai, subordinação e responsabilidade pelo pecado (relacionado à Eva) também são vinculadas às mulheres na Igreja Cristã,⁴⁰ sendo que “muitas mulheres vivenciaram e vivenciam esta condição acreditando ser seu “destino””.⁴¹

“A violência doméstica, sexista ou de gênero está, em muitos casos, amparada e justificada pelas doutrinas religiosas ou nos textos sagrados.”⁴² A

³¹ EGGERT, Edla. Doméstico – espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STRÖHER, Marga; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004. p. 225-241. p. 238.

³² EGGERT, 2004, p. 226.

³³ EGGERT, 2004, p. 227.

³⁴ EGGERT, 2004, p. 238.

³⁵ EGGERT, 2004, p. 238.

³⁶ STRÖHER, 2009, p. 511.

³⁷ VIDAL, 2005, p. 36.

³⁸ VIDAL, 2005, p. 36-38.

³⁹ CONTI, Cristina. Hermenêutica feminista. In: SCHNEIDER, Theodor (Org.). *Grande sinal. A mulher e a criação teológica*. Petrópolis: Vozes, 2001. 55 v. p. 550.

⁴⁰ ANDRIOLI, Liria Ângela; ANGELIN Rosangela. A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. [Rudolf von Sinner e Iuri Andréas Reblin]. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. p. 1455-1468. p. 1460.

⁴¹ ANDRIOLI; ANGELIN, 2012, p. 1460.

⁴² STRÖHER, 2009, p. 513.

religião tem um papel na violência simbólica, que conforma e veicula valores simbólicos para a legitimação da violência, se não produzem a violência, tendem a justificá-la ou mascará-la.⁴³

Na psicologia, os modelos de desenvolvimento humano foram baseados somente em meninos, ficando inapropriados às mulheres. Psicólogos do desenvolvimento como Lawrence Kohlberg e Jean Piaget não consideraram as mulheres nos seus modelos de desenvolvimento moral⁴⁴ por mostrarem maior atração até o estágio três (cuidado) dos níveis e estágios de desenvolvimento moral, segundo Lawrence Kohlberg⁴⁵, e os meninos, até o estágio quatro (lei).

A linguagem é outro âmbito de perpetuação das desigualdades de gênero. “A língua é um dos espaços mais importantes de subordinação da mulher pelo homem”,⁴⁶ sendo aprendido e desempenhado por homens e mulheres nos seus papéis sociais. Apesar do uso da linguagem masculina ser justificado por ser genérico, a maioria das pessoas ao ler textos com linguagem predominantemente masculina não percebe a inclusão das mulheres.⁴⁷ “A linguagem corrente, os ditos populares, os chistes, os gracejos, os provérbios, as piadas e os palavrões refletem e reforçam as desigualdades de gênero, ao apresentar as relações sociais entre os sexos de forma estereotipada.”⁴⁸

As características estipuladas aos homens e às mulheres podem ser resumidas da seguinte forma: aos homens cabe ser o chefe, líder da família, devendo solucionar os problemas, não podendo chorar, ser afetuoso ou se subordinar a alguém, além de ser o único provedor da família, e às mulheres cabe não ter autonomia, ser dócil e delicada, responsável por gerenciar o espaço privado, sendo que sua dignidade depende de sua beleza e submissão de um homem (pai ou marido), e sua maior realização é a maternidade, além de ter a função de gastar

⁴³ STRÖHER, 2009, p. 513.

⁴⁴ GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982. p. 28.

⁴⁵ Veja os estágios em: KOHLBERG, Lawrence. Moral stage and moralization: the cognitive-developmental approach. In: LICKONA, Thomas. (Ed.). *Moral Development and Behavior: Theory, Research and Social Issues*. New York: Holt, Rinehart, & Winston, 1976.

⁴⁶ CASTRO, Marcelle de Souza. *Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. Rio de Janeiro, 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Departamento de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

⁴⁷ ABRANCHES, Graça. Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. *Cadernos SACAUSEF*, Lisboa, n. 8, p. 33-37, 2011. p. 34.

⁴⁸ ALVES, José Eustáquio Diniz. *A linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. p. 7.

dinheiro para manter em funcionamento a estrutura econômica.⁴⁹

Essas imagens são reproduzidas pela mídia, sendo frequentemente imperceptíveis às pessoas.⁵⁰ Nas notícias, no entretenimento, na publicidade “a mídia reforça os papéis de gênero”,⁵¹ manipulando e estimulando esse modelo.

Para a mídia a mulher ideal é jovem, magra, linda, feminina, submissa e delicada e está irremediavelmente condenada à condição de objeto sexual, de esposa e de mãe. Frágil e indefesa, ela precisa de um homem que a proteja dos perigos do mundo; por isso, vive em função da busca do grande e definitivo amor de sua vida. O homem é a metade que lhe falta, complemento indispensável sem o qual não há identidade feminina ou realização pessoal (vale mencionar a velha figura da solteirona “mal-amada”, sinal de alerta para o fim que aguarda aquelas que não se empenham o suficiente na busca do seu par).⁵²

O mercado de trabalho também é um espaço de opressão, além de menores possibilidades de trabalho e menor remuneração para as mulheres, os cargos mais elevados dentro das empresas que continuam sendo prioridade dos homens. A proporção de mulheres em cargos de diretora geral, conforme informa a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) era de 32% em 2009.⁵³ Na política brasileira, do total de eleitas/os em 2012, 13,19% foram mulheres.

A sociedade já mudou muito, mas a desigualdade entre os gêneros ainda é grande no Brasil, ocupando o 62º lugar na edição de 2012 do *Relatório Global de Desigualdade entre os Gêneros do Fórum Econômico Mundial (FEM)*,⁵⁴ que avalia a igualdade entre os gêneros entre 135 países. O índice mostra o nível de igualdade entre os gêneros, em relação à saúde e sobrevivência, acesso à educação, participação política e igualdade econômica. O Brasil melhorou no índice de igualdade desde o primeiro relatório em 2006, principalmente na educação e participação política,⁵⁵ devido à presidência de uma mulher, mas ainda está atrás de 61 países na igualdade de gênero, e os cargos políticos ainda são

⁴⁹ VIANNA, 2009, p. 115-116.

⁵⁰ VIANNA, 2009, p. 115.

⁵¹ VIANNA, 2009, p. 116-117.

⁵² DUARTE, Rosália. Mídia e Identidade Feminina: mudanças na imagem da mulher no audiovisual brasileiro da última década. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003. p. 1-12. p. 4.

⁵³ BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 162.

⁵⁴ WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report*, 2012. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf. Acesso em 3 jan. 2013.

⁵⁵ SPITZCOVSKY, Débora. Brasil sobe em ranking de igualdade de gêneros. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/brasil-ranking-igualdade-generos-desigualdade-homens-mulheres-wef-711146.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

predominantemente masculinos.

As mulheres ao se conscientizarem dessas desigualdades de gênero, denunciaram que a experiência masculina foi e é privilegiada na história, enquanto a experiência feminina é negligenciada e desvalorizada, contestaram a centralização do poder nos homens, o que ainda ocorre nos dias de hoje, para dominar as mulheres.⁵⁶ Começaram então a reivindicar direitos que somente os homens tinham, criando os movimentos feministas. No geral, os movimentos feministas visam desconstruir as relações e representações sociais/sexuais.⁵⁷

A terceira fase do movimento feminista surge em 1980, analisando as diferenças, a diversidade. As mulheres deixam de ser o foco principal para as relações de gênero, surgindo a categoria analítica de gênero,⁵⁸ tendo como objetivo investigar as relações sociais de gênero,⁵⁹ a partir das reivindicações dos movimentos feministas e da falta de teorias que explicassem a desigualdade entre homens e mulheres,⁶⁰ desnaturalizando e desconstruindo o gênero.⁶¹

Os estudos feministas e de gênero se referem à busca pela equidade entre os gêneros, desconstruindo as desigualdades de gênero ainda presentes, e sendo uma luta tanto de mulheres, quanto de homens para uma sociedade mais equitativa, solidária e humana.

A TEOLOGIA FEMINISTA DESCONSTRUINDO AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Considerando as muitas desigualdades de gênero ainda presentes nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive no contexto sexista da Igreja Cristã, e a urgência da categoria analítica de gênero, surge a Teologia Feminista para combater essas desigualdades de gênero, oferecendo algumas contribuições para a análise de gênero.

⁵⁶ KOLLER, Silvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. *Revista Psicologia em Estudo*, Paraná, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. p. 648.

⁵⁷ DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *Textos de história*, Brasília, v. 8, n. 1-2, p. 9-45, 2000. p. 11.

⁵⁸ KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 649.

⁵⁹ MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998, p. 112; BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: Interpeleções e perspectivas*. São Paulo: SOTER/Paulinas/Loyola, 2003, p. 37.

⁶⁰ GEBARA, 2001, p. 104.

⁶¹ KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 650.

A teologia feminista surgiu no século XX, junto com o movimento feminista, buscando a ampliação civil e política dos direitos das mulheres, tratando de temas como trabalho e igualdade salarial, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres, e temas mais antigos como falta de acesso à educação, de cidadania, de direito ao voto e à propriedade.⁶² Entre os objetivos dessa teologia está criticar esse passado patriarcal, nos âmbitos teológico, social, cultural, econômico, político e ideológico.⁶³

Propõe que não é preciso ser prisioneiro de uma cultura sexista e aceitar suas imposições, critica valores predominantemente masculinos e excludentes que se tornaram norma e formulam perspectivas que fomentem uma visão de mundo inclusiva.⁶⁴

Há diversas correntes na Teologia Feminista.⁶⁵ No geral, foi criada a partir de um contexto de opressão, sendo uma teologia contextual,⁶⁶ partindo das experiências das mulheres.⁶⁷ Revela assim, que a teologia clássica baseia-se na experiência masculina e não na experiência humana universal, tendo como princípio crítico a promoção da humanidade plena das mulheres.⁶⁸

As teólogas feministas começaram a utilizar gênero como categoria de análise dentro de um princípio metodológico de desconstrução e reconstrução, juntamente com a hermenêutica da suspeita, como relata Deifelt,⁶⁹ que apresenta uma metodologia de três passos: tomada de consciência do caráter não-normativo das mulheres em relação ao corpo literário tradicional; descoberta de que as mulheres estão presentes nessa literatura, e a reivindicação de que as experiências e os escritos das mulheres sejam reconhecidos, propondo novos temas e abordagens, questionando assim a legitimidade de interpretações androcêntricas dos textos sagrados.

A teologia feminista e outras teologias contextuais e de libertação apontam na direção de que todas as criaturas, incluindo os homens e as mulheres, foram

⁶² DEIFELT, 2003, p. 117.

⁶³ DEIFELT, 2003, p. 173; SILVA, Sílvia Regina de Lima. Teologia Feminista Latino-americana. In: // *Consulta de Teologia e Culturas Afro-americanas e Caribenhas*, São Paulo, 7-11 de novembro de 1994.

⁶⁴ DEIFELT, 2003, p. 173.

⁶⁵ GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 422-424.

⁶⁶ CONTI, 2001, p. 499.

⁶⁷ DEIFELT, 2003, p. 179.

⁶⁸ RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1993, p. 19-23.

⁶⁹ DEIFELT, 2003, p. 178.

criadas à imagem de Deus, sendo a dignidade constitutiva e merecedora de todos e todas.⁷⁰

As mulheres através dos movimentos feministas, e dentro da teologia, com a teologia feminista, têm conseguido um espaço para protestar, para lutar pela valorização da mulher, já estão ganhando mais espaço no mercado de trabalho, na política, eventualmente na Igreja, mas ainda há muitas barreiras, muito preconceito e muitos espaços para serem preenchidos pelas mulheres. A sociedade continua sendo sexista. A confirmação da dignidade ser merecedora de todos e todas na religião cristã, e a declaração de que todos são dignos e merecem os mesmo direitos, não foram suficientes. A desigualdade de gênero persiste.

O que falta para a aceitação da dignidade no outro e na outra, para o respeito com homens e mulheres é a sensibilização. O nível de sensibilidade solidária no que se refere à inclusão seja das mulheres, dos excluídos na maioria das pessoas é muito baixo. Assim, é preciso tomar atitudes, uma linguagem de dignidade humana que sensibilize a sociedade.⁷¹

As diferenças entre homens e mulheres devem ser questionadas a fim de transformar as relações sociais para construir um mundo de igualdade.⁷² O termo igualdade vem sendo questionado já que cada pessoa é diferente da outra, mas equivalentes nos seus direitos, funções e deveres. O termo mais adequado é equivalência, que liga equidade e paridade.⁷³

Marciano Vidal não promove a categorização de sexo ou gênero, mas a de pessoa,⁷⁴ somente assim é atribuído às mulheres a dignidade moral de pessoa, e uma dignidade igual à dos homens. A esses dois critérios, pode-se estabelecer uma mediação ética, a dos direitos humanos,⁷⁵ que deve orientar as situações nas quais as mulheres estão implicadas.

⁷⁰ DEIFELT, Wanda. Deus no corpo: uma análise feminista da revelação. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José M. (Orgs.). *Teologia Latino-Americana pluralista da libertação*. São Paulo: Paulinas/ASETT, 2006. p. 85; BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2002; ASSMANN; MO SUNG, 2000. p. 123.

⁷¹ ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 133.

⁷² BICALHO, 2003.

⁷³ KOLLER; NARVAZ, 2006, p. 648-649. VIDAL, 2005, p. 83.

⁷⁴ VIDAL, 2005, p. 79.

⁷⁵ Segundo Vidal a Declaração Universal dos direitos humanos não faz plena justiça às mulheres, tendo sido criada a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, pela ONU, em 1979, entrando em vigor como tratado internacional em 3 de setembro de 1981. Foi ratificada por vinte países.

O modelo correto da relação mulher-homem deve ser estabelecido a partir da compreensão da categoria de pessoa em ambos, assim é possível falar de relação. A partir da sua correta relação, nem de subordinação, nem de complementariedade, mas a da reciprocidade é que se cria o justo delineamento da ética.⁷⁶ “O paradigma da reciprocidade equivalente obriga a mudar os modelos de relação entre homem e mulher”.⁷⁷

A categoria analítica de gênero e a Teologia Feminista contribuem e instigam a desconstrução das desigualdades de gênero. É preciso uma mudança em todos os setores da sociedade para assegurar relações sociais não sexistas.

As e os jovens precisam estar cientes dessas desigualdades e não reproduzi-las, buscando relações de equidade entre os gêneros, compreendendo que todas as pessoas são dignas e merecedoras de respeito, sem deter maior poder que outra, seja na teologia e em todos os âmbitos sociais. Assim, aos poucos a sociedade vai mudando e desconstruindo as desigualdades e opressões presentes.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Graça. Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. *Cadernos SACAUSEF*, Lisboa, n. 8, p. 33-37, 2011.

ANGLERAUD, Bernadette. Cultura feminina, cultura masculina. In: LACROIX, Xavier. *Homem e mulher – a inapreensível diferença*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A linguagem e as representações da masculinidade*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

ANDRIOLI, Liria Ângela; ANGELIN Rosangela. A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. [Rudolf von Sinner e Iuri Andréas Reblin]. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. p. 1455-1468.

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). *Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

⁷⁶ VIDAL, 2005, p. 80.

⁷⁷ VIDAL, 2005, p. 83.

BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER/Paulinas/Loyola, 2003.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 14 maio 2013.

BRAKEMEIER, Gottfried. *O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2002.

CARVALHO, Maria Luiza Mello de. *Cuidado, sociedade e Gênero: um estudo com pais cuidadores*. Rio de Janeiro, 2007. 378 p. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa EICOS, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Marcelle de Souza. *Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. Rio de Janeiro, 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Departamento de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

CAYRES, Elizabeth C.D. Família Brasileira no contexto histórico e Cultural. In: *Conselho municipal de direitos da criança e do adolescente*; Fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente. Formação continuada. Conselheiros de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Conselheiros Tutelares. Instituições Conveniadas. Rio de Janeiro. Disponível em <http://cmddcamacae.rj.gov.br/download/capacitacao_conselheiro/familia_brasileira_no_contexto_historico_e_cultural.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

CONTI, Cristina. Hermenêutica feminista. In: SCHNEIDER, Theodor (Org.). *Grande sinal. A mulher e a criação teológica*. Petrópolis: Vozes, 2001. 55 v.

DEIFELT, Wanda. Deus no corpo: uma análise feminista da revelação. In: TOMITA, Luiza E.; BARROS, Marcelo; VIGIL, José M. (Orgs.). *Teologia Latino-Americana pluralista da libertação*. São Paulo: Paulinas/ASETT, 2006.

_____. Temas e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (Org.). *Gênero e Teologia. Interpelações e perspectivas*. São Paulo: SOTER/Paulinas/Loyola, 2003.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *Textos de história*, Brasília, v. 8, n. 1-2, p. 9-45, 2000.

DUARTE, Rosália. Mídia e Identidade Feminina: mudanças na imagem da mulher no audiovisual brasileiro da última década. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003. p. 1-12.

EGGERT, Edla. Doméstico – espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. In: STRÖHER, Marga; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004. p. 225-241.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 127-152, 2005.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

IBGE. Estatísticas do Registro Civil, v. 38, 2011. Tabela 5.8. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2011/pdf/tab_5_8.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

INSTITUTO AVON. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil – 2º Estudo. São Paulo: Instituto Avon/IPSOS, 2011. Disponível em: http://www.institutoavon.org.br/wp-content/themes/institutoavon/pdf/iavon_0109_pesq_portuga_vd2010_03_vl_bx.pdf. Acesso em: 15 abr. 2013.

KOLLER, Silvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. *Revista Psicologia em Estudo*, Paraná, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

LAGARDE, Marcela; RÍOS, de los. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. *A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n.11, p. 107-125, 1998.

MORIÈRE, Laisy. *Políticas públicas e combate à violência contra a mulher*. In Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/politicas-publicas-e-combate-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 20 maio 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, v. 38, n. 3, p. 216-223, 2007.

_____. Família e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 49-55, 2006.

RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1993.

SILVA, Maritza M. Mulher, identidade fragmentada. In: ROMEIRO, E. (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995.

SILVA, Sílvia Regina de Lima. Teologia Feminista Latino-americana. In: *// Consulta de Teologia e Culturas Afro-americanas e Caribenhas*, São Paulo, 7-11 de novembro de 1994.

SPITZCOVSKY, Débora. Brasil sobe em ranking de igualdade de gêneros. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/brasil-ranking-igualdade-generos-desigualdade-homens-mulheres-wef-711146.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

STOLLER, Robert. *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Feminity*. London: Karnac Books, 1984.

TSE. *Semana da mulher*: participação feminina na política brasileira cresce ao longo do tempo, 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-participacao-feminina-na-politica-brasileira-cresce-ao-longo-do-tempo>>. Acesso em: 15 maio 2013.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. Exploração na mídia das imagens da mulher, do homem, das crianças e dos adolescentes. In: GOLDMAN, Clara; FERREIRA, Marcos; MORETZSOHN, Ricardo; GOLLMAN, Roseli. (Org.). *Contribuições da Psicologia para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação*. 1ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 114-115.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report*, 2012. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf. Acesso em 3 jan. 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em: 15 abr. 2013.